

2

O contexto de criação da Revista Americana

2.1

Uma época de mudanças

A época na qual surgiu a *Revista Americana* foi caracterizada, tanto no plano nacional quanto no internacional, por uma perspectiva de mudança e afirmação fruto das transformações ocorridas no seio do mundo capitalista. Nas artes, na técnica, nas ciências, nas relações de trabalho observava-se a aceleração do tempo e a diminuição das distâncias – marcas de uma nova era.

Nas últimas décadas dos oitocentos e início do novecentos viveu-se um efetivo crescimento na base geográfica da produção industrial que chegou à regiões como a Rússia e o Japão. Tal fato reforçou a perversa lógica da Divisão Internacional do Trabalho, em perfeita sintonia com os avanços imperialistas a dividir o mundo em grandes áreas de influências e de possessões coloniais. Essas transformações estiveram diretamente ligadas ao extremo avanço tecnológico marcado, entre outros, pelo telefone, o telégrafo sem fio, o fonógrafo, o cinematógrafo, ferrovias que cortavam a Europa e os EUA, automóveis, etc, bem como o grande desenvolvimento na área médica que representou um aumento claro na expectativa de vida. Nesse sentido, podemos afirmar que surgia uma nova era que mexeu no imaginário popular de forma inequívoca.

“... o que mais forte impacto causava nas pessoas do mundo desenvolvido e industrial à época era, mais até que a evidente transformação de suas economias, seu ainda mais que evidente êxito. Viviam-se, obviamente num tempo de prosperidade. [...] no caso dos

européus ricos ou mesmo da mais modesta classe média. Para estes, a belle époque foi de fato o paraíso que seria perdido após 1914.”¹

A intelectualidade americana de então não ficou imune a tais transformações. O período no qual a *Revista Americana* circulou foi extremamente fecundo no debate intelectual brasileiro e sul-americano, tendo marcado profundas transformações nos campos político e cultural, fato que faz a época ser uma das mais privilegiadas pela historiografia nas análises acerca dos inúmeros projetos desenvolvidos pela intelectualidade do continente. No Brasil, desde a segunda metade do século XIX houve o surgimento de vários grupos de intelectuais, preocupados em construir uma nova identidade nacional.

Nesse particular destacamos a chamada geração de 1870², para muitos autores, considerada a primeira a pensar um projeto modernizador para o Brasil, que, através da assimilação e difusão de idéias evolucionistas e cientificistas objetivou levar o país ao mais alto nível de civilização, procurando universalizar os problemas nacionais. Segundo Roque Spencer de Barros os homens dos anos 1870 e 80 tinham o objetivo central de “ilustrar o país” por meio da ciência e da cultura buscando transformar as raízes da nação³. Nesse sentido essa geração valeu-se da ciência moderna, vista como norteadora da administração pública e base do caminho para se alcançar o progresso, fato que fortaleceria a crença de que sem a presença dos intelectuais a sociedade dificilmente se beneficiaria das conquistas alcançadas⁴. As idéias baseadas no cientificismo, especializado e

¹ Eric HOBSBAWM . *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p 85

² Temos um grande número de trabalhos que enfocam esta geração, dado o fato dela ter sido a primeira a procurar “acertar” a nossa produção cultural com a Europa, buscando inserir o país no que se definia como Modernidade. Não sendo nosso interesse, não convém nos determos nesta temática. Esta pode ser vista em: Nicolau SEVCENKO. *Literatura como Missão*. São Paulo, Brasiliense, 1995; Michael HERSCHMANN. *A Invenção do Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995; Roberto VENTURA. *Estilo Tropical*. São Paulo: Cia das Letras, 1991; Lília SCHWARCZ. *O espetáculo das Raças*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992; Wilson MARTINS. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Editora Civilização Brasileira, 1966. Francisco Foot HARDMAN. *O trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo, Cia das Letras, 1991.

³ Roque Spencer Maciel de BARROS. *A Ilustração brasileira e a idéia de Universidade*. São Paulo, EDUSP, 1986.

⁴ Silvio ROMERO realiza no ensaio “O Brasil social de Euclides da Cunha” uma bela radiografia do período: “O decênio que vai de 1868 a 1878 é o mais notável de quantos no século XIX, constituíram nossa vida espiritual. Quem não viveu nesse tempo não conhece por

universalizante, se enquadraram aos interesses dos setores dominantes na medida em que impregnaram os diagnósticos e as formulações dos projetos de construção da nação, que, no caso brasileiro, funcionaram como um poderoso mecanismo de fortalecimento do Estado⁵. Nesse sentido os intelectuais buscaram criar um saber próprio sobre o Brasil, partindo de matrizes estrangeiras, principalmente européias.

Em fins do século XIX, a burguesia européia desfilava com orgulho os êxitos de seu projeto civilizatório merecendo destaque: o cristianismo, o industrialismo, a tecnologia etc. A noção de progresso naturalizava a repartição do mundo criada pelas práticas imperialistas. Civilização de um lado, barbárie do outro. Nas últimas décadas dos oitocentos, novas condições de dizibilidade estabeleceram um projeto de uma ciência geral da ordem, explicitamente evolucionista na qual classificavam-se animais, homens e mulheres estabelecendo etapas históricas ou estágios civilizatórios a serem percorridos pelos grupos de homens. A Europa teria como missão civilizar, expandir o progresso, construir a felicidade do mundo. Este saber constituiu-se na base teórica para a posição a partir da qual a civilização ocidental encarava o seu relacionamento não só com as culturas e civilizações que a precederam, mas, também com as que são contíguas no tempo e no espaço⁶.

Essa geração⁷ de intelectuais brasileiros da virada do século XIX para o XX, independente das interpretações diversas, que conseqüentemente levavam à

ter sentido diretamente em si as mais fundas comoções da alma nacional. [...] um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte [...] Positivismo, evolucionismo, cientificismo, na poesia e no romance, folk-lore, novos processos de crítica e história literária, transformação da instituição do Direito e da política, tudo então se agitou.” In: *Realidades e Ilusões no Brasil. Parlamentarismo e Presidencialismo e outros escritos*. Petrópolis, Vozes, 1979. p 162

⁵ Helana BOMENY “Novos Tempos, Vícios Antigos, os Renovadores da Política Educacional”. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, v. 6, nº 11, 1993.

⁶ Hayden WHITE. *A meta-história: a imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995. p.18.

⁷ Estamos considerando “geração”, compreendendo-a a partir da fusão entre memória e história, ou seja, da existência de uma memória comum, um testemunho de como um conjunto de homens viveu uma determinada época. Nesse sentido, devemos ligar gerações aos marcos, aos eventos fundadores, mas com o cuidado de não nos determos somente neles, pois não devemos datar uma geração apenas pelos fenômenos sociais ocorridos, na medida em que estes podem ser apreendidas de várias maneiras. Sobre isto ver: Cleudine Attias-Donfut. “La Notion de Generation : usage sociaux et concept sociologique”. In: *L’ Homme et la Société Paris*. L’ HARMATTAN (90), 1988. JEAN-FRANÇOIS. SIRINELLI. *Le Génération: la construction du temps historique* Paris, Histoire au Present, 1991.

disputa entre os vários grupos intelectuais formados, tinha um ponto em comum, o de pensar a realidade brasileira como parte integrante do concerto cultural estrangeiro, vinculando o Brasil a esse projeto civilizador para, a partir daí, estabelecer a construção de uma identidade nacional.

A Proclamação da República, porém, não representou uma possibilidade concreta de construção de uma nação moderna civilizada como desejavam os intelectuais da Geração de 1870.

Nessa época, vários pensadores se engajaram na discussão sobre o passado e o futuro do Brasil e por extensão da América do Sul que passou a ganhar relevo nesse momento histórico. Esses intelectuais assumiram o papel de colocar esta América na “Grande Narrativa” da civilização ocidental – passado – e no caminho de um “*futuro necessário ao ritmo da humanidade*”⁸ o que significava assumir o dever de revisar historicamente o passado colonial e de definir a originalidade, entendida, muitas vezes como nacionalidade, desses países ante o espelho, inicialmente europeu, e posteriormente, norte-americano. Esses intelectuais começaram a “ler” seus países através dos modelos de conhecimento e civilidade estrangeiros⁹ tendo sido estabelecidas especificidades entre uma América Inglesa e uma Latina, e entre aquela e o continente europeu. A intelectualidade se esforçou em explicar as razões do atraso e em procurar formas de superá-lo. Como o objetivo principal seria entrar no círculo da modernidade, as elites e os intelectuais da “República das Letras”¹⁰ procuraram construir imagens do país que ora o diferenciasses, ora o aproximasse, das demais repúblicas sul-americanas ao mesmo tempo em que procuravam a gênese da nação. Em última análise a intelectualidade desse período desejava inscrevê-la na tradição do progresso e da civilização, herdadas do Iluminismo.

Destacou-se, durante a Primeira República, a participação do Itamaraty, instituição de relevo no contexto político e cultural brasileiro, com seus membros assumindo, desde a época Imperial, papéis de destaque no cenário

⁸ Ernest MARTINENCHE Prefácio à Edição Francesa de Oliveira Lima *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*.

⁹ Lília SCHWARCZ *O espetáculo das raças*. Op cit p.30.

¹⁰ Conceito formulado por Angel RAMA

nacional e internacional. Cabe salientar que os diplomatas se notabilizaram, necessariamente, pelo viés da construção de um projeto de nação ligada ao Estado brasileiro, portanto tinham como função buscar mecanismos de elaboração de um afinamento ideológico com os outros setores da elite brasileira.

Devemos ter em mente que o Itamaraty acabou por assumir um papel bastante claro nesse momento de elaboração de um determinado projeto nacional, fato que justifica a importância de se estudar os intelectuais em torno da *Revista Americana*, na medida em que sua publicação partiu da alta cúpula do Ministério das Relações Exteriores. Logo, ao se propor desenvolver pesquisa sobre esses intelectuais é condição *sine qua non* lançar luz sobre a atuação do Itamaraty e de seu corpo diplomático no debate intelectual da época, questões pouco trabalhadas na historiografia sobre a intelectualidade nacional.

Uma análise acerca do Itamaraty nos permite afirmar que ele se tornou uma instituição privilegiada nas primeiras décadas da República, apesar da presença de uma certa herança imperial entre os diplomatas que, no entanto, não representou um afastamento da ordem republicana. A diplomacia, mesmo aparentando um determinado tipo de saudosismo da Monarquia, assumiu suas funções de agente do Estado Republicano, tanto interna, quanto, e principalmente, externamente.

Ao se refletir sobre a ação diplomática desta ou de qualquer outra época histórica, faz-se necessário termos em mente que a política externa de uma nação corresponde aos interesses, às aspirações da facção política representante dos grupos sociais, políticos e econômicos dominantes ao nível nacional.¹¹ Com as oligarquias no poder, o fomento da agroexportação e a "promoção" da imigração tornaram-se dois dos pilares da diplomacia brasileira, aproximando esta dos interesses da elite dominante.

O novo regime, porém, não se preocupou apenas com as relações comerciais agroexportadoras, fato que nos permite observar que a Chancelaria

¹¹ P. RENOUVIN & J.B.DUROSSELLE. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo, DIFEL, 1967.

brasileira se voltou também para uma conjuntura mundial que perpassava entre o Imperialismo e a luta entre imperialismos. Pensar essa questão conjuntural é premissa básica para a compreensão do projeto do Itamaraty, na medida em que o Brasil, no quadro geral do sistema capitalista, desfrutava de pouca autonomia, apresentando, nos primeiros anos republicanos, grande fragilidade econômica diante da Europa (principalmente a Inglaterra). Esse contexto gerava uma clara dependência em relação ao centro do capitalismo mundial.¹²

Diante dessa situação ficava claro para os vários segmentos da elite brasileira que a ação diplomática do Brasil não apresentava, naquele momento, início do período republicano, um projeto definido e, por conseguinte, o país não conseguia estabelecer uma diretriz consciente na sua política externa, fato que nos auxilia na compreensão das constantes mudanças na chancelaria, o que agravava, ainda mais, a ausência de uma política externa coerente e continuada¹³. Nas palavras de Bueno e Cervo:

"Faltou um projeto. Resolviam-se os problemas à medida que iam surgindo [...] Assim, até o governo de Rodrigues Alves, inaugurado em 15 de novembro de 1902 e que teve Rio Branco na gestão dos negócios exteriores, a República não teve uma política exterior claramente definida - falava-se em conceitos gerais como 'americanização', 'confraternização' - hajam vistos os inúmeros ministros que responderam pela pasta respectiva num espaço de tempo realmente curto."¹⁴

¹² Acerca desse tema faz-se mister assinalar que, na primeira década republicana, o Brasil sentiu duas manifestações claramente imperialistas, que afetaram diretamente a sua soberania nacional, a saber: a ocupação da Ilha Trindade e o arrendamento do Acre, pela Bolívia, ao consórcio capitalista anglo-norte-americano, o Bolyvan Syndicate Sobre isso ver entre outros: Clodoaldo BUENO e Amado Luiz CERVO. *História da Política Exterior no Brasil*. Brasília, Ed UnB, 2002. ; José Honório RODRIGUES. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. ; José Honório RODRIGUES & Ricardo SEITENFUS. *Uma História diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1995. Demétrio MAGNOLI. *O Corpo da Pátria*. São Paulo, Moderna/UNESP, 1997

¹³ "O mais notável na inauguração da diplomacia da República Velha é a instabilidade, que se expressa no número elevado de Ministros que se sucederam na direção da pasta das relações exteriores no período dando aparência de falta de uma diretriz na política externa. Foram 11 titulares, sem contar os que a exerceram interinamente. A estabilização se dá no governo Prudente de Moraes, que nomeia dois chanceleres em quatro anos, e Campos Salles, que todo o tempo trabalha com Olyntho de Magalhães. Em seguida, Rio Branco seria chanceler por dez anos". Sérgio DANESE. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999. pp 250 e 251.

¹⁴ Clodoaldo BUENO & Amado Luiz CERVO. *História da Política Exterior no Brasil*. Op cit. p 143

Em 1902 observamos o principal divisor de águas da História diplomática brasileira com a nomeação para Chanceler de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que alcançou inquestionável legitimidade junto às elites brasileiras. Essa legitimidade esteve diretamente relacionada, entre outros fatores, com a questão das fronteiras. De acordo com Magnoli, a figura do Barão do Rio Branco está indissociavelmente vinculada à produção de uma imagem geográfica e cartográfica da pátria. A sua ação na questão das fronteiras “colocou-o no cume do discurso ideológico nacional”.¹⁵

Convém salientar que esse período ficou conhecido como o da “diplomacia do Barão”, um “*marco na História das relações internacionais do país: verdadeiro ponto de inflexão*”¹⁶, coincidindo com o apogeu da Primeira República, conforme veremos adiante.

Ao se analisar, ainda que bastante brevemente, a trajetória política de Rio Branco, desde o período imperial, fica clara a importância dada à questão das fronteiras, tanto no que tange as dimensões continentais brasileiras, quanto à centralização alcançada durante o Império, fatos que por si só, na concepção do Barão, demonstravam a distinção do Brasil do restante do “continente” latino-americano. Na compreensão de Rio Branco a Monarquia fizera do Brasil um país “*unido, grande, próspero e livre, alvo da inveja dos súditos de Gusmão Blanco e Porfírios Dias.*”¹⁷.

Rio Branco não escondia o orgulho de observar o Brasil como uma exceção na América do Sul, considerando que a ação imperial brasileira representou uma verdadeira “missão civilizadora”¹⁸. Tal perspectiva nos ajuda a compreender o temor de Rio Branco de que, com a República, o Brasil deixasse de ser a exceção igualando-se aos demais países da América do Sul.¹⁹ Outro

¹⁵ Demétrio MAGNOLI. *O Corpo da Pátria*. Op cit. p 261.

¹⁶ Clodoaldo BUENO e Amado CERVO. *História da Política Exterior no Brasil* Op cit

¹⁷ Carta de Rio Branco ao Barão Homem de Mello. (13/9/1889) Apud Clodoaldo BUENO. *Política Externa da Primeira República*. São Paulo, Paz e Terra, 2003 p. 230

¹⁸ Sobre essa perspectiva de uma “missão civilizadora” ver. Álvaro LINS. *Rio Branco*. São Paulo/Brasília, Alfa-ômega/FUNAG, 1996. Carlos Delgado de CARVALHO. *História diplomática do Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1959. Affonso de CARVALHO. *Rio Branco: sua vida e obra*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1995.

¹⁹ “[...] No momento em que o desenvolvimento da rede ferroviária brasileira e a imigração européia estavam para completar a unificação da pátria brasileira, esta seria despedaçada em

aspecto que merece atenção relaciona-se com a construção das relações intracontinentais, marcadamente a questão do pan-americanismo. Sobre a questão das fronteiras e, posteriormente, o pan-americanismo nos deteremos a partir de agora.

2.2

Fronteiras e limites: a importância da questão territorial na construção de um Estado Nacional

Antes de nos determos na análise da questão do territorial durante o período da Chancelaria de Rio Branco cabe realizarmos um histórico da importância da formação do território, tanto do ponto de vista concreto quanto no imaginário do século XIX e início do XX, questões que nos auxiliam na compreensão da Diplomacia do Barão, bem como nos permite marcar a sua relevância.

Em artigo recente Demetrio Magnoli²⁰ afirmou que a nação contemporânea, sobretudo a partir do século XIX, depende, fundamentalmente, de um corpo territorial definido. Nesse particular a construção das fronteiras ganhou especial relevo nos projetos nacionais, cabendo, sobretudo, ao corpo diplomático a legitimação de tal questão.

Inicialmente, caracterizando-se como conteúdo privilegiado da Geografia, o estudo das fronteiras foi, ao longo dos oitocentos, marcado pela “teoria das fronteiras naturais” na qual o Estado Nacional, em busca de maior segurança,

virtude do renascimento da questão federal.” Carta ao Barão Homem de Mello. Apud Clodoaldo BUENO. Op cit

²⁰ Demétrio MAGNOLI. “Uma Ilha chamada Brasil” In: *Nossa História*, Rio de Janeiro, ano 3 n.º 25 p 4, novembro 2005

deveria levar seus limites²¹ até acidentes geográficos bastante evidentes, com o objetivo de tornar a fronteira certa e incontroversa. Mar, rios, montanhas, cordilheiras etc. poderiam servir de limite entre os estados. Essa teoria nos permite observar que havia uma clara preocupação com questões relacionadas à defesa e consagração do território nacional. Surgida na França das Luzes, essa teoria serviu de base para as justificativas, em especial durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, acerca dos limites entre estados nacionais e como princípio regulador das relações entre nações vizinhas.²² Inegavelmente foi o suporte teórico para a formulação da noção de Ilha Brasil, fundamental para as justificativas do Estado brasileiro na defesa da configuração de seu território.

Segundo Magnoli, o Direito Internacional Público divide e classifica as fronteiras em naturais e artificiais. As naturais, grosso modo, acompanham certos traços físicos do solo ou dos chamados acidentes geográficos. As artificiais não correspondem a nenhuma linha física ou acidente natural²³. Essa noção de fronteira natural tende a ser arbitrária na medida em que todas as fronteiras são construções, “escolhas” do homem. Cabe salientar, no entanto, que tal fato não diminui sua eficácia, tanto no que tange a facilidade de identificação, quanto pelos significados imaginários que elas comportam²⁴.

Entretanto, convém destacar, que o apelo à natureza pode gerar a “*sublimação da história, a abstração da condição de construções geopolíticas datadas – ou seja, de tempos inscritos nos espaços.*”²⁵ Magnoli ainda ressalta que as fronteiras naturais não representam maior segurança que os traçados artificiais. Para o autor, a experiência histórica demonstra que uma fronteira

²¹ Cabe salientar que, apesar do senso comum não fazer distinção entre os termos limites e fronteiras, elas não são sinônimos. Limite é uma linha, ao passo que fronteira seria uma área, uma zona. Mais a frente retomaremos essa discussão.

²² Demétrio MAGNOLI. *O corpo da pátria*. Op cit. p21

²³ Hildebrando ACCIOLY. *Manual do Direito Internacional Público*. São Paulo, Saraiva, 1956.

²⁴ Demétrio MAGNOLI. Op cit. p 21

²⁵ Id ibid

para ser segura precisa do reconhecimento de sua legitimidade por parte dos estados vizinhos.²⁶

Claude Raffestin reforça e amplia essa visão ao afirmar que a linha fronteira só é estabelecida quando a demarcação se processa, isto é, ela de fato se estabelece quando já não estiver sujeita a quaisquer possíveis formas de contestação por parte dos “estados conflitantes” e não quando tiver a simples anuência dos mesmos.²⁷

No contexto da formação dos Estados Nacionais a noção de território, como elemento constitutivo e, até mesmo, imprescindível a estes, ganhou importância e legitimidade, na medida em que o Estado ergueu-se inserido nos limites precisos, ou quase, dos territórios, caracterizando-se pela imposição de uma ordem jurídica e política homogênea²⁸. Tal noção de “configuração” do território significou, por conseguinte, a criação de fronteiras políticas que o delimitaram. Embora a noção de fronteira política, no sentido de separação espacial em relação ao outro seja, de certa forma, muito antiga, o estabelecimento de fronteiras precisas e, portanto, mais rígidas, consistiu em um processo histórico relativamente recente, paralelo à formação dos estados contemporâneos.²⁹

Nesse sentido, o significado do termo fronteira é, sobretudo, consequência do processo histórico posterior a chamada Expansão Marítima, quando o termo assumiu uma dimensão planetária ligando-se à projeção colonial dos estados nacionais europeus sobre vários continentes nos últimos quatro séculos, exigindo, portanto, a superação do que se define como “fronteira zonal”, característica do período medieval. Tal tipo de fronteira pode ser compreendido por meio de vários significados: posto avançado; declive defensivo, etc., contudo, ela é, principalmente, a expressão de uma informação insuficiente, tendo em vista que as coletividades medievais, que muitas vezes de

²⁶ Ibid p 42 O autor afirma que os critérios de reconhecimento de zonas de fronteiras variaram de época para época.

²⁷ Claude RAFFESTIN. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo, Ática, 1993. p 167

²⁸ Demétrio MAGNOLI. *O corpo da pátria*. Op cit. p 15

²⁹ Ibid p 31

desenvolviam ao abrigo de “espessas florestas”, buscavam, no estabelecimento de fronteiras, mais uma zona de defesa do que um traçado linear preciso.³⁰

Cabe ressaltar, dessa forma, que foi durante o longo período compreendido entre os séculos XV e XIX que o espaço ganhou, - pela fixação de fronteiras lineares e pela construção de um imaginário associado ao território, baseada em uma precisa definição geográfica através de um significativo desenvolvimento da cartografia, - relevante valor geopolítico, chegando ao século XX com as rígidas linhas fronteiriças que caracterizam os Estados contemporâneos.

Em relação à geopolítica, seu estudo é de fundamental importância para compreendermos a ação diplomática a partir dos oitocentos e, principalmente do século XX, uma vez que ela é o campo que, por definição, articula espaço geográfico e ações políticas.

Data do último quartel do século XIX a consolidação da Geopolítica enquanto disciplina sistematizada. Ao publicar, em 1882, o livro *Antropogeografia: fundamentos da aplicação da Geografia e da História*³¹ Friedrich Ratzel estabelece critérios de análises para a relação entre poder político e espaço geográfico. Tais critérios passaram pela elaboração de uma Teoria de Estado na qual a gênese deste exigiria a existência de um patrimônio cultural associado a uma delimitação territorial. Para o autor o Estado seria a “*emanação natural da Sociedade destinada à defesa do território*”.

“Espaço é poder”. Inegavelmente tal premissa transforma-se na viga mestra da Geopolítica, colocando a questão das fronteiras como objeto central de estudo. Para Ratzel, sem fronteiras não há Estado, na medida em que elas são o “*órgão periférico, o suporte e a fortificação de seu crescimento*”, e delas partiram, e partem, todas as transformações do organismo do Estado. Outrossim, a reflexão acerca das fronteiras de uma nação nos remete ao campo das relações internacionais, tendo em vista que elas explicitam as relações com os Estados vizinhos e, sobretudo, a segurança de seu próprio território.

³⁰ Claude RAFFESTIN. *Por uma Geografia do Poder*. Op cit p 166

³¹ Parte dessa obra encontra-se traduzida para o português em Antonio Carlos Robert MORAES (org) *Ratzel*. São Paulo, Ática, 1990 (Coleção Grandes Cientistas Sociais- n ° 59)

As fronteiras e, por conseguinte, os países não são entidades fixas e perenes, nem sempre estiveram onde estão, caracterizam-se como construções da história humana, ou seja, como conclusões de processos sociais. Em síntese, as fronteiras, partindo da linha limítrofe, podem ser consideradas como a delimitação espacial do Estado, isto é, sua evidência territorial. Segundo Martin, baseando-se em Ratzel, “*a fronteira aparentemente rígida não é mais do que a detenção temporária de um movimento.*”³²

Há que se ter em mente que os conceitos de fronteira e limites não devem ser confundidos. Ratzel chamava atenção para o erro, muitas vezes comum, de definir fronteiras como “*simples linhas ou divisórias, e não como instrumentos vivos no desenvolvimento dos fenômenos máximos cujo teatro é a Terra.*”³³ Os limites estabelecem a soberania do Estado sendo, portanto, fixas, enquanto as fronteiras são linhas móveis, apresentando uma perspectiva mais ampla, constituindo-se em faixas territoriais variáveis de acordo com os interesses de cada Estado simbolizando não apenas as relações entre os diferentes Estados Nacionais, mas também as relações entre o Estado e o seu território.

No texto “*Geopolítica de Fronteras*”³⁴, Jacques Ancel afirma que as fronteiras, ditas modernas, surgiram associadas ao aparecimento dos Estados Nações. A partir de então, a noção de fronteira assumiu um papel “moral e espiritual”, noção esta que nos remete ao conceito de “espírito de fronteira”, que para Ancel leva uma nação a se definir a partir da comparação com seus vizinhos. Por esse prisma o autor afirma não existir “fronteiras naturais”, não passando esse conceito de uma doutrina pautada em justificativas cartográficas.

35

³² André Roberto MARTIN. *Fronteiras e Nações*. São Paulo, Contexto, 1992. p 42

³³ Antonio Carlos ROBERT (org) *Ratzel*. Op cit . p95

³⁴ Jacques ANCEL. *Geopolítica de Fronteras*. In: Daniel CASTAGNIN (comp). *Poder Global y Geopolítica*. Buenos Aires. Pleamar, 1984.

³⁵ Outro autor que estabelece uma contundente crítica à noção de Fronteira natural é Raymond Aron ao afirmar que “a ideologia das fronteiras naturais serve para justificar uma fronteira, quando não se dispõe de argumento melhor”. Raymond ARON. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, UnB, 1992, p277.

Richard Hartshorne³⁶ critica a noção de “fronteira natural” na medida em que a construção de fronteiras deve se pautar em aspectos relacionados aos processos de construção social uma vez que por mais arbitrárias e rígidas que sejam os limites, os grupos fronteiriços, independente de suas nacionalidades, apresentam a tendência de manter os laços pré – existentes com os lugares e culturas de origem, desenvolvendo interações entre os lados separados artificialmente.

Nesse sentido, Hartshorne, pensando, principalmente, nas regiões formadas a partir de experiências coloniais, afirma ser cada fronteira uma singularidade e que as instabilidades, muitas vezes comuns, em regiões fronteiriças quase sempre se relacionam com as contradições entre traçados artificiais dos limites territoriais impostos de “fora para dentro” pelas antigas metrópoles, cujos contornos não levam em consideração aspectos étnicos, lingüísticos, históricos etc.³⁷

De acordo com Adelar Heinsfeld³⁸ a diplomacia brasileira, em especial durante e após a Chancelaria do Barão do Rio Branco assumiu um claro papel geopolítico na construção do Estado brasileiro, tendo em vista que o Barão “*foi o responsável pelo traçado e fixação das modernas linhas limítrofes nacionais, adentrando o território brasileiro no hiterland latino-americano*”³⁹

Para Heinsfeld, em sua função Geopolítica a implantação de qualquer fronteira deve observar o equilíbrio entre as “forças vitais de dois povos”, bem como é a definição e o reconhecimento das fronteiras que garante a estabilidade política entre as Nações envolvidas, sendo que tal reconhecimento passa pela construção de uma justificativa histórica realizada por cada Estado.

³⁶ Richard HARTSHOME. *Propósitos e Natureza da Geografia*. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1978.

³⁷ Ibid p 135

³⁸ Adelar HEINSFELD. *As ações Geopolíticas do Barão do Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. Porto Alegre, PUC – RS, 2000. Tese de Doutorado.

³⁹ Ibid p 81. Ao analisar as estratégias do Barão no estabelecimento dos limites do Brasil. Heinsfeld afirma, e esta é a sua tese central, ter sido Rio Branco um verdadeiro geopolítico, claramente influenciado pelos postulados geográficos de sua época em especial de Ratzel com sua teoria de que o “limite definido contribui para a maturação de um povo.”

Com os tempos modernos a formação do território tornou-se, no Novo Mundo, elemento constitutivo fundamental na elaboração de projetos nacionais, uma vez que estes pressupõem a produção de fronteiras políticas entendidas, de acordo com Raffestin, como limites entre Estados-Nações:

"Quando a fronteira se tornou um sinal? Tornou-se um sinal quando o Estado moderno atingiu um controle territorial 'absoluto' e tornou unívoca a mensagem da fronteira = limite sagrado. Para aí chegar, foi preciso que se realizassem toda uma série de condições específicas, dentre as quais a linearização da fronteira é talvez a mais importante."⁴⁰

Para Gomes⁴¹ a construção de fronteiras consiste, em última análise, numa "prática de identidade" por se tratar de elemento fundamental na representação do território. Para Foucault⁴² o discurso de construção e, principalmente, de justificativa das fronteiras é o próprio discurso do nacionalismo.

De acordo com Magnoli a construção da nacionalidade aproxima a Geografia da História, tendo em vista que a construção das fronteiras liga-se à elaboração do imaginário territorial no interior da(s) História(s) Nacional(is).

"As fronteiras são as estruturas espaciais elementares, de forma linear, com função de descontinuidade geopolítica e de delimitação, de marco, nos três registros do real, do simbólico e do imaginário. A descontinuidade se aplica entre as soberanias, as histórias, as sociedades, as economias, os Estados as línguas e as nações. Na função de realidade, corresponde ao limite espacial do exercício de uma soberania nas suas modalidades específicas: linha aberta, entreaberta ou fechada. Na simbólica, remete à pertinência a uma comunidade política inscrita num território que é o seu; têm um sentido identitário. O imaginário conota relação com o Outro, vizinho, amigo ou inimigo, e, portanto a relação consigo mesma, com a própria história e com seus mitos fundadores ou destruidores."⁴³

A Nação constitui-se numa construção na qual a elaboração de um imaginário territorial foi fundamental para aproximação entre soberania e coletividade nacional, logo o território, além do aspecto concreto que assume

⁴⁰ Apud Demétrio MAGNOLI. *O Corpo da Pátria*. Op cit. p. 31

⁴¹ R.C. GOMES. "A construção das fronteiras". In : *A memória da nação*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991.

⁴² M. FOUCAULT. "Sobre a Geografia". In : *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

⁴³ Demétrio MAGNOLI. *O Corpo da Pátria*. Op cit. p 36.

para a formação de um Estado-Nação, adquire um valor simbólico fundamental para o (auto)reconhecimento da Nação.⁴⁴

Nesse sentido, Magnoli defende, conforme visto, a tese de que a narrativa territorial foi um dos pilares centrais da construção do mito fundador brasileiro que perdurou desde o processo de emancipação política até os primeiros anos republicanos.

No caso brasileiro a importância do território na construção da Nação ganha ainda maior relevo quando observamos, no discurso, que os "limites territoriais" precedem a própria construção do Estado, visão esta que fez parte do imaginário das últimas décadas do século XVIII e ao longo do século XIX. Esse mito do "território pronto" serviu de base para uma intelectualidade que partia do princípio da existência de um território nacional prévio, que perpassava entre os aspectos da natureza e a delimitação política estabelecidas pela Coroa portuguesa. Tal mito, segundo Magnoli, construído ao longo do século XIX, desempenhou a função de barreira conceitual para a reconstituição da formação dos territórios coloniais portugueses na América bem como, em última análise, para a compreensão do empreendimento territorial do Estado imperial.⁴⁵

No cerne da construção deste "mito" identificamos a elaboração do Tratado de Madri de 1750 que, não sem uma razão estratégica bastante explícita, foi valorizado como o grande definidor da territorialidade nacional, tanto em um sentido prático, a demarcação das fronteiras, quanto simbólico - a dissolução de Tordesilhas, com a conseqüente superação da geopolítica do Antigo Sistema Colonial Ibérico.⁴⁶

Em artigo de 2003, Ilmar Mattos, ao trabalhar com a construção do Estado Imperial brasileiro, ressaltou a "monumentalização" do Tratado de Madri que se tornou "documento principal na definição dos limites do Império" tanto geograficamente, ao se relacionar com a natureza do território, quanto

⁴⁴ Este é um dos argumentos principais do trabalho de Demétrio Magnoli.

⁴⁵ Demétrio MAGNOLI. "O Estado em busca do seu território". In : István Jancso. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo, Hucitec, 2003.

⁴⁶ Essa abordagem aparece nos trabalhos citados de Demétrio MAGNOLI e em Ilmar MATTOS. *Do Império do Brasil ao Império do Brasil*. 2003 (Mimeografado).

historicamente ao se remeter ao desbravamento e à colonização, empreendidos pelos descobridores da terra.⁴⁷

Ao trabalhar com a construção do Império brasileiro, Mattos explicita a importância, para a compreensão deste Império, de que ele era composto por várias regiões, vários "brasis", fato que traz à tona a questão do território, uma vez que ele lança luz sobre a relação "parte - todo" defendendo a integridade territorial - pedra de toque na construção de um Império - inserindo as províncias nessa nova totalidade. Outrossim, tal integridade passava a ser encarada como condição *sine qua non* para a manutenção de um projeto político autônomo e independente.

A instabilidade interna brasileira nos remete para o argumento central de Mattos, a saber: o Império do Brasil não pode ser compreendido a partir da visão clássica de Império na qual este só pode ser pensado a partir de uma lógica expansionista. Tal possibilidade, no caso brasileiro, mostrou-se inviável desde os primeiros anos do Primeiro Reinado, fato que leva o autor a pensar o Império do Brasil como um Império voltado para dentro - diferenciando-se do Império lusitano - o que levou o autor a valorizar as ressignificações do termo brasileiro, entendido como peça fundamental para a compreensão do Império do Brasil, na medida em que no contexto pré-emancipação a noção de brasileiro passou a receber uma "conotação eminentemente política"⁴⁸ servindo para definir "... *um grupo político ou uma corrente de opinião que se contrapunha ao 'partido europeu'*".⁴⁹

No cenário posterior ao sete de setembro, brasileiro passou a ser denominação dos que aceitaram a independência "*quem aderiu à nossa sagrada causa, quem jurou a independência deste Império, é brasileiro.*"⁵⁰ Nesse sentido estabelece-se uma estreita relação entre cidadania, nacionalidade e território, conforme podemos observar no sexto artigo da Carta outorgada de 1824. "[...] *São cidadãos brasileiros. I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer*

⁴⁷ Ilmar MATTOS. *Do Império do Brasil ao Império do Brasil*. Op cit. p 3.

⁴⁸ Ibid p 6.

⁴⁹ Cartas sobre a Revolução do Brasil. Apud Ilmar MATTOS. Op cit.

⁵⁰ José Honório RODRIGUES. *Independência: revolução e contra -revolução*. Apud Ilmar Mattos. Op cit. p 7

*sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua nação."*⁵¹

Convém salientar que o ser brasileiro não foi compreendido e aceito de uma forma única. Polarizações tais como: patriotas vs. portugueses; brasileiros vs. pernambucanos etc., tanto ameaçavam a independência quanto a unidade territorial do Império. *"Essas clivagens no interior da boa sociedade revelavam como somente a partir da colocação em evidência da questão do Estado uma identidade política pode iniciar a trajetória de sua constituição."*⁵²

De acordo com Magnoli o poder imperial no Brasil surge como resposta à ameaça de desintegração republicana, observável na América Hispânica, bem como instrumento da unidade política e territorial. A organização do Império passou pela localização das bases sobre as quais seria fundamentado o poder do Estado. Nas palavras do autor

"[...] nasce uma 'nação' na qual a soberania, a plenitude dos direitos políticos, residia na Nação Brasileira, uma realidade composta do Povo e do Estado (o Imperador) e fixada num território definido... A soberania não residia nem no Estado nem no Povo, e sim na união dos dois."⁵³

Essa associação entre Império do Brasil e Nação brasileira nos remete à questão do território na construção da nação, tendo em vista que eram "cidadãos brasileiros os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos". Logo o território tanto definia quais indivíduos estavam aptos para construir a nação brasileira, quanto servia para afirmar os elementos que singularizavam o Império do Brasil "uma vez que este se encontrava impossibilitado de expandir suas fronteiras espaciais"⁵⁴.

Podemos observar nessa abordagem acerca da importância do território na formação brasileira, que essa questão assumiu papel de destaque na construção do projeto nacional brasileiro, sendo um dos eixos centrais para os "fundadores" do Brasil, que ao assumirem uma perspectiva mítica, na qual a nossa unidade

⁵¹ Ibid. p 7.

⁵² Id ibid

⁵³ Demétrio MAGNOLI. "O Estado em busca do seu território". In : István Jancso. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. Op cit. p67

⁵⁴ Ilmar MATTOS. *Do Império do Brasil ao Império do Brasil* Op cit. p 9.

territorial seria uma herança colonial e que tal herança, marcava o lugar especial que o Estado brasileiro deveria ocupar por ser a "*maior unidade independente da América - ao contrário das nações republicanas de origem espanhola*."⁵⁵

Inegavelmente a unidade territorial brasileira foi fruto de um projeto muito bem articulado do Estado Imperial. Nesse sentido a diplomacia brasileira ocupou um lugar importante nessa construção, sobretudo a partir da organização oficial do corpo diplomático em 1851⁵⁶. Convém salientar, no entanto, que não pretendemos abordar a política externa do Império, apesar de considerarmos que tal período da diplomacia brasileira nos fornece chaves interessantes para pensarmos a ação diplomática das primeiras décadas republicanas.

Com a Proclamação da República o cenário político brasileiro viveu um período de ajuste, denominado pela historiografia como “República da Espada”⁵⁷. A instabilidade dos primeiros governos republicanos começou a ser resolvida no mandato do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, período no qual se alcançou um certo equilíbrio político, suficiente para que seu sucessor, Campos Salles, saneasse as finanças através do *Funding Loan* e implantasse a chamada Política dos Governadores, uma das características básicas do período da História do Brasil que ficou conhecido como República Oligárquica.⁵⁸

Cabe salientar que, com o advento da República, a questão territorial continuou a ser preocupação relevante do projeto de construção do Estado brasileiro⁵⁹. A primeira Constituição republicana, promulgada em fevereiro de 1891, deixava clara tal preocupação, tanto no que tange as atribuições do Poder Executivo, quanto nos desígnios do Congresso Nacional.

⁵⁵ Demétrio MAGNOLI. *O Corpo da Pátria*. Op cit. p 126.

⁵⁶ Sobre isto ver. Demétrio MAGNOLI. *O Corpo da Pátria*. Op cit ; Clodoaldo Bueno & Amado Luiz Cervo. *História da Política Externa no Brasil*. Op cit.

⁵⁷ Período que compreende os dois primeiros governos republicanos nos quais os militares estavam no Poder.

⁵⁸ Sobre esse período, ver entre outros Boris FAUSTO. *História do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1995.

⁵⁹ Não podemos perder de mente as várias questões de limites que, quando do início do período republicano, ainda estavam pendentes.

A Constituição apresentava evidente preocupação em relação à soberania nacional quando estabelecia para o governo Federal a responsabilidade “*para repelir invasão estrangeira..*”⁶⁰. De forma análoga atribui ao Congresso uma série de obrigações que passavam pela legislação “*sobre a navegação dos rios que banhem mais de um Estado, ou se estendam a territórios estrangeiros*”, assim como “*resolver definitivamente sobre os limites dos Estados entre si, os do Distrito Federal e os do território nacional com as nações limítrofes*” podendo “*autorizar o governo a declarar guerra, se não tiver lugar ou malograr-se o recurso do arbitramento, e a fazer a paz*”, “*resolver definitivamente sobre os tratados e convenções com as nações estrangeiras*”, “*adotar o regime conveniente à segurança das fronteiras*”, “*fixar anualmente as forças de terra e mar*”, “*legislar sobre a organização do Exército e da Armada*” e, por fim, “*conceder ou negar passagens a forças estrangeiras pelo território do País, para operações militares*”⁶¹.

Das atribuições do Poder Executivo merecem destaque as medidas referentes à segurança nacional que passavam diretamente pela manutenção do território, tais como: “*exercer ou designar quem deva exercer o comando supremo das forças de terra e mar dos Estados Unidos do Brasil, quando forem chamadas às armas em defesa interna ou externa da União*”; “*declarar a guerra e fazer a paz...*”; “*declarar imediatamente a guerra nos casos de invasão ou agressão estrangeira.*”⁶² Paralelo a isso, é bastante interessante notar que caberia ao Poder Executivo a montagem do Corpo Diplomático brasileiro, bem como ser, em última análise, o principal responsável pelas relações com outras nações.⁶³

Outro aspecto bastante interessante há se destacar era a percepção, de certa forma próxima da visão imperial, do que deveria ser considerado

⁶⁰ Constituição de 1891 ° Das atribuições do Governo Federal Art 6º.

⁶¹ Ibid. Das atribuições do Congresso. Art 6º itens 10, 11, 12, 16, 17, 18, 21, 24, 31

⁶² Ibid. Das atribuições do Poder Executivo. Art 48 itens 3, 4, 7, 8.

⁶³ Ibid. Seriam atribuições também do Poder Executivo: “nomear os membros do Supremo Tribunal Federal e os Ministros diplomáticos, sujeitando a nomeação à aprovação do Senado. Na ausência do Congresso, designa-los-á em comissão até que o Senado se pronuncie; nomear os demais membros do Corpo Diplomático e os agentes consulares; manter as relações com os Estados estrangeiros.”

brasileiro. Seriam cidadãos brasileiros: “1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não, residindo este a serviço de sua nação; 2º) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República; 3º) os filhos de pai brasileiro, que estiver em outro país ao serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se; 4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem; 5º) os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade; 6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados.”⁶⁴

A partir de agora pretendemos analisar como a questão territorial, associada à manutenção da soberania nacional, foi importante na consolidação de um projeto de nação, desenvolvido pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), no período de consolidação da República. Estratégia esta que teve no Barão seu principal artífice.

2.3

O Itamaraty no Período Rio Branco

No período do Barão (1902 – 1912), o Itamaraty apresentou relativa autonomia diante do restante do aparelho do Estado, fato que, no entanto, não pode ser encarado como uma independência política, defendido por alguns⁶⁵

⁶⁴ Id ibid

⁶⁵ Ver em especial Sérgio DANESE. *Diplomacia Presidencial*. Op cit. Basta pensarmos de acordo com os princípios constitucionais acima expressos a prevalência e relevância do Poder Executivo na montagem do corpo diplomático nacional. Podemos observar também o fato da

devido à longa duração da Chancelaria de Rio Branco⁶⁶. Devemos salientar que tal autonomia se explica na medida em que sua política aproximou-se dos interesses das elites ligadas a agroexportação. Paralelo a isso, o Barão pôs em prática uma estratégia que satisfazia o nacionalismo brasileiro, nutrido na vastidão do território nacional, no potencial de suas riquezas naturais, na prosperidade da agroexportação e, sobretudo, na estabilidade das instituições políticas, alcançada a partir do Governo Campos Salles.

Inegavelmente a consolidação territorial brasileira foi pedra de toque do pensamento político do Barão que, aproximando-se de uma clara perspectiva unitarista e conservadora⁶⁷, afirmava alguns meses antes de tornar-se Chanceler que:

"[...] as grandes reformas políticas não podem ser feitas da noite para o dia, [...] [com] tantas reformas precipitadas e inconsideradas, o de que precisamos é fortalecer e desenvolver os elementos conservadores, pôr termo às agitações e à anarquia e assegurar acima de tudo a unidade nacional"⁶⁸.

Outro aspecto do pensamento de Rio Branco ligado à questão das fronteiras, relaciona-se com o receio de eventuais agressões européias à América do Sul, provocadas pela, já citada, ação imperialista, fato que provocava na opinião pública uma *"repulsa que o levava a agir com a firmeza que fosse necessária para impedir que a soberania nacional fosse arranhada."*⁶⁹. Essa lógica passava pela necessidade, não apenas do Brasil, mas de todo "continente" latino-americano buscar um equilíbrio político, melhor

retórica e da ação prática do Barão, a frente do Itamaraty, estar de acordo com as prerrogativas constitucionais brasileiras.

⁶⁶ Rio Branco esteve a frente do Itamaraty durante quatro mandatos presidenciais. Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca.

⁶⁷ Tal visão sobre o Barão pode ser vista em Demétrio MAGNOLI. *O Corpo da Pátria*. Op cit. ; Clodoaldo BUENO & Amado Luiz CERVO. *História da Política Externa no Brasil*. Op cit . e em Clodoaldo BUENO. *Política Externa da Primeira República*.(1902 A 1918). Op cit.

⁶⁸ Carta de Rio Branco a Joaquim Nabuco em 30 /8/ 1902. Apud Luiz Viana FILHO *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro, José OLYMPIO, 1959. p 317

⁶⁹ Clodoaldo BUENO. Op cit. p 133. É interessante observar que o respeito à soberania nacional também se colocava, na Constituição pelo viés do respeito à nação estrangeira conforme podemos perceber nesse artigo: "Art.88 - Os Estados Unidos do Brasil, em caso algum, se empenharão em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação."

maneira de evitar atentados às soberanias nacionais. Nesse sentido Rio Branco compreendia que deveriam ser buscadas soluções para as constantes crises políticas que assolavam a região. Nas suas palavras :

*"[...] É do interesse de todos nós concorrer para que se encerre a era das revoluções nesta parte do continente. Tão freqüentes agitações e desordens desacreditam na Europa e nos Estados Unidos todos os latinos ou latinizados da América, retardam ou paralisam o progresso de países que, pelas obras da paz, poderiam em pouco tempo ser ricos e fortes, e constituem um verdadeiro perigo para grande parte do nosso continente em futuro não muito remoto. Quando as grandes potências da Europa não tiverem mais terras a ocupar e colonizar na África e Australásia hão de voltar os olhos para os países da América Latina, devastadas pelas guerras civis, se ainda assim o estiverem, e não é provável que os ampare a Doutrina de Monroe, porque na América do Norte também haverá excesso de população, política imperialista e já ali se sustenta o direito de desapropriação, pelos mais fortes, dos povos incompetentes."*⁷⁰

Há que se ter em mente a dupla perspectiva - diferenciação / aproximação - assumida pelo Barão em relação aos países latino-americanos. De um lado ele procurava diferenciar o Brasil dos demais países da região, porém tal diferenciação não significava isolamento. Ao contrário. O período do Barão foi marcado pelo aumento considerável da presença diplomática brasileira na América Latina, em especial na América do Sul. Soma-se a isso a ampliação do número de diplomatas estrangeiros no Rio de Janeiro, com o objetivo de transformar a Capital Federal no local com "*mais numeroso corpo diplomático da América Latina*".⁷¹

Essa política adotada por Rio Branco buscava elevar o prestígio do Brasil a partir de uma lógica na qual o país ocuparia uma posição diferenciada no contexto latino-americano, fato que o levaria a exercer, obrigatoriamente, um papel de liderança no continente, uma vez que seria "a única potência da

⁷⁰ Despacho para Buenos Aires em 22 / 11/ 1904. Apud Clodoaldo BUENO. *Política Externa da Primeira República*.(1902 A 1918) Op cit p.134. Grifos nossos

⁷¹ Clodoaldo BUENO e Amado Luiz CERVO. *História da Política Externa no Brasil*. Op cit

América Latina".⁷² Posição esta que só poderia ser confirmada a partir da demarcação e delimitação das "grandiosas fronteiras nacionais"⁷³

Com o êxito da ação política / diplomática na questão dos limites e a busca de uma nova posição brasileira no cenário internacional, Rio Branco tornou-se ícone de um país, ao menos em tese, unido, estável e com visibilidade externa⁷⁴. Essa união passava fundamentalmente, conforme já salientado, pela defesa da soberania nacional e esta, em sintonia com a própria construção mitológica criada desde a época colonial, passava pela defesa do território brasileiro. Tal defesa perpassava por uma dupla perspectiva: a discussão sobre os limites territoriais brasileiros propriamente dito associando-a à questão da militarização, outro tema, já destacado, igualmente caro ao Barão, que preocupava-se com a defesa do Estado brasileiro antes mesmo de tornar-se Chanceler, como podemos constatar na questão das Missões com a Argentina.

"Fico muito inquieto com nosso negócio de Missões, porque se os argentinos aproveitarem a ocasião temo de passar por grandes vergonhas. Não temos torpedos, não temos exército, e os argentinos têm tudo isso. Pela primeira vez, desde que o Império existe, achamo-nos assim, à mercê dos nossos vizinhos, e em um tempo em que os elementos de guerra não podem ser improvisados em meses ou semanas."⁷⁵

Vale ressaltar ainda que durante o litígio com a França na questão da Guiana, Rio Branco, na qualidade de Delegado brasileiro, afirmava que para uma boa negociação restava ao Brasil utilizar meios persuasivos na medida em que " *uma nação como o Brasil [...] ainda não dispõe de força suficiente para impor a sua vontade à uma grande potência militar*"⁷⁶

⁷² Luiz Viana FILHO. *A vida do Barão do Rio Branco* Op cit. "...o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população." p 393

⁷³ Id, ibid.

⁷⁴ Lidia BESOUCHET *Rio Branco e as relações entre Brasil e a República Argentina*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1949. p. 34

⁷⁵ Carta de Rio Branco ao Barão Homem de Mello. 05 /9 / 1882. Apud Clodoaldo BUENO. *Política Externa da Primeira República*.(1902 A 1918) Op cit

⁷⁶ Rio Branco Apud Luiz Viana FILHO Op cit.

Enquanto Chanceler, o Barão estimulou projetos de rearmamento naval e construção militar⁷⁷. Para Rio Branco o caráter pacífico da nacionalidade não deveria ser sinônimo de fraqueza militar, em suas palavras:

"Temos de prover pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela garantia dos nossos direitos que às vezes só a força pode dar. Carecemos de Exército e de reservas numerosas, precisamos reconquistar para nossa Marinha a posição que antigamente ocupava."⁷⁸

Segundo Clodoaldo Bueno o reaparelhamento das Forças Armadas era fundamental devido a posição que o Brasil pretendia ocupar no continente. Nesse sentido além da (re)militarização, fazia-se necessário o desenvolvimento de uma educação cívica e militar do povo, como garantia da soberania e da paz nacionais evitando "afrontas ao amor próprio nacional".⁷⁹ De acordo com o autor a soberania brasileira, entendida, basicamente, como a manutenção do território nacional, dependia, "principalmente da vontade dos vizinhos que nos cercam"⁸⁰, fato que forçava o Brasil a estar sempre preparado para "imediate e eficaz repulsa"⁸¹ gerando a necessidade de estar "aparelhado com todos os elementos necessários à defesa nacional"⁸². Nesse sentido Bueno afirma que, na concepção de Rio Branco, diplomatas e soldados seriam duas faces de um mesmo projeto de delimitação e manutenção do território nacional.

Tais idéias do Barão ficam explícitas nesse discurso proferido no Clube Militar em outubro de 1911.

"[...]Durante muito tempo fomos, incontestavelmente, a primeira potência militar da América Latina, sem que essa superioridade de força, tanto em terra como no mar, se houvesse mostrado nunca um perigo para os nossos vizinhos. Só nos lançamos a lutas exteriores quando provocados ou quando invadido nosso território. Mas, cumpre notar, jamais nos empenhamos em guerras de conquista. E muito menos poderíamos ter planos agressivos agora que nossa constituição política proíbe expressamente a conquista e impõe o recurso ao juízo arbitral antes de qualquer apelo às armas [...].

⁷⁷ Sobre isso ver E. BACKEUSER. "Rio Branco, geógrafo e geopolítico". *Revista da Sociedade de Geografia*, nº 52, 1945.

⁷⁸ Barão do Rio Branco *Obras Completas* Volume 9 (Discursos). Rio de Janeiro Ministério das Relações Exteriores. 1948. pp. 103 e 104

⁷⁹ Clodoaldo BUENO. Op cit. p 221.

⁸⁰ Id, ibid

⁸¹ Ibid, p 223

⁸² Id, ibid

Querer a educação cívica de um povo, como na libérrima Suíça, como nas democracias mais cultas da Europa e da América, não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas.

Os povos que, a exemplo da Celeste Império, desdenham as virtudes militares e se não preparam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem às investidas mais fortes e aos danos e humilhações conseqüentes da derrota [...]."⁸³

O receio de ataque à soberania nacional estava também, conforme já destacado, relacionado ao avanço das potências imperialistas européias. Diante desse contexto ganhou relevo um dos assuntos mais tratados pelos pesquisadores do período Rio Branco, a saber: a aproximação com os Estados Unidos.⁸⁴ Há que destacar, porém, que esta “americanização” assumiu um certo pragmatismo, uma vez que Rio Branco observou a impossibilidade de, ao menos naquele momento, se formar no “continente” sul-americano um bloco capaz de opor-se aos Estados Unidos, devido á falta de coesão entre os países de origem hispânica e destes com o Brasil.

Nesse particular aparece para nós o segundo pilar da política do Barão: o Pan-americanismo um dos temas mais caros no debate intelectual e diplomático do período e que teve na *Revista Americana*, tal qual a questão das fronteiras, significativo destaque.

2.4

O Brasil e as Américas: buscando uma aproximação

A idéia de uma cooperação continental na América pode ser pensada desde os primeiros anos após as independências se considerarmos a iniciativa de Simon Bolívar de, em 1824, convocar os países do continente para um

⁸³ Barão do Rio Branco. *Obras Completas*. Op cit pp 278 e 279.

⁸⁴ De acordo com Álvaro da Costa FRANCO, Diretor do Centro de História e Documentação do Itamaraty, a política externa da época, foi defensora, “inconteste”, do princípio do Pan-americanismo, reforçada, bastante, pela “diplomacia do Barão”, como, segundo o autor pode ser constatado, por exemplo, na realização da III Conferência Internacional Americana, na qual ficou patente a política de *unwritten alliance* com os Estados Unidos

Congresso no Panamá, - reunido em 1826- no qual se debateriam mecanismos de cooperação entre as recém formadas nações americanas e que “*sirviese de consejo en los grandes conflictos, de punto de contacto en los peligros comunes, de fiel intérprete en los tratados públicos cuando ocurrieran dificultades y de conciliador en las diferencias entre los pueblos*”⁸⁵. O Congresso contou com a participação da Colômbia, Venezuela, Equador, Chile, Argentina, Peru, México e América Central.

Anos depois, o pan-americanismo derivou da idéia de uma Pan-América cunhado pela imprensa norte americana em 1889. Devemos observar que durante o século XIX a Europa foi marcada por uma tendência a movimentos ideológicos internacionais – os “panismos” – que tinham como proposta básica reunir, em torno de um centro dominante, países, povos, ou comunidades de parentesco vinculadas às questões étnicas, lingüísticas e culturais. Como exemplos mais emblemáticos desse período temos: o pan-germanismo, o pan-eslavismo, o pan-islamismo etc. Todavia, a singularidade do pan-americanismo era seu caráter geográfico continental, muito embora não deixasse de ter um objetivo político, apesar de não apresentar um plano doutrinário⁸⁶. Para os EUA, o movimento pan-americano deveria incorporar uma série de fatores, como localização geográfica, interesses econômicos e aspirações nacionais que possibilitassem maior aproximação continental.

Em uma perspectiva sul-americana, de um modo geral, o pan-americanismo foi apropriado como um dos principais pilares da política externa continental, configurando-se em um instrumento de defesa da soberania e da igualdade jurídica dos Estados, que deveriam se constituir nos princípios legitimadores das relações internacionais do continente. Entretanto, convém observar a presença de certa dicotomia entre a prática e a teoria política internacional, uma vez que, por um lado, havia a retórica da solidariedade hemisférica e da conseqüente igualdade entre soberanias, enquanto, em termos

⁸⁵ Manoel Lelo BELLOTO & Anna Maria Martinez CORRÊA (org.) *Bolívar, Simón: Política*. Rio de Janeiro; Ed. Ática, 1983.

⁸⁶ Arturo ARDAO. “Panamericanismo y Latinoamericanismo”. In: Leopoldo ZEA (coord.) *América Latina en sus Ideas*. México; Siglo XXI, 1986. Pp. 157-171.

práticos, ocorriam sucessivas intervenções dos Estados Unidos em diferentes assuntos internos de diferentes nações, sobretudo, na América Central e no Caribe. Do ponto de vista prático a cooperação continental ficou praticamente restrita às formulações teóricas. Tal fato se explica, para além de certa desconfiança em relação aos reais interesses da política externa norte-americana, pelo ambiente de rivalidade regional que marcava as relações entre as repúblicas sul-americanas.

Podemos observar que na América do Sul existia um contexto de rivalidades geopolíticas, com disputas territoriais, corrida armamentista, tendência à formação de alianças e contra-alianças.⁸⁷ A formação de blocos regionais era uma preocupação constante das Chancelarias do continente, na medida em que havia um sentimento, até certo ponto comum, de se bloquear, em especial no mundo hispano-americano, as intervenções norte-americanas, configurando, tais uniões, em elementos aglutinadores para uma resistência continental. Porém, os vários problemas fronteiriços prejudicavam a possibilidade de uma unidade política da região, pois, na prática, a aproximação de dois Estados estimulava a formação de um bloco contrário, como profilaxia à uma possível ruptura do equilíbrio político.⁸⁸

Dentre as rivalidades continentais merece destaque a protagonizada pelas principais economias da América do Sul: Argentina, Brasil e Chile. Dos três, a Argentina era a única a fazer fronteira com os outros dois. Ao longo do século XIX protagonizou disputa geopolítica com o Brasil pela região do Prata. Com o advento da República no Brasil houve um ensaio de aproximação que, no entanto, não logrou êxito, sobretudo pela política de rearmamento por parte do governo brasileiro observado pela diplomacia portenha como indicativo de uma política expansionista brasileira. Apenas em 1905, com a negociação do tratado de arbitramento foi possível pensar na construção de uma boa relação diplomática que, no entanto, retrocedeu após o episódio do Telegrama nº 9 ,

⁸⁷ Clodoaldo BUENO. Do Idealismo ao Realismo: Brasil e Cone Sul no início da República (1889 – 1902). In: *Contexto Internacional* nº 12, Rio de Janeiro, IRI/PUC, pp71-82, 1990.

⁸⁸ Sobre isto ver Mario BARROS. *Historia Diplomática de Chile (1541-1938)*. Barcelona, Ediciones Ariel, 1970, pp 613 e seguintes.

protagonizado pelo Ministro das Relações Exteriores da Argentina Ernesto Zeballos.⁸⁹

Podemos afirmar que no alvorecer do século XX a diplomacia argentina desistiu do objetivo central do século anterior de reconstituir o Vice-Reinado do Prata. Cabe salientar, no entanto, que ela continuava com sua meta geopolítica de consolidar-se como líder no continente, buscando modificar a distribuição de poder na região com o claro objetivo de estabelecer a hegemonia da região.⁹⁰

Em relação ao Chile⁹¹, o primeiro aspecto a ser observado consiste na sua posição geográfica, bastante particular entre a Cordilheira dos Andes e o mar. Associando essa premissa com as questões de limites que a nação possuía com seus vizinhos, Bolívia, Peru e Argentina, a preocupação central da diplomacia chilena era com um possível isolamento no continente. Nesse sentido o Brasil era visto como potencial aliado nessa geopolítica sul-americana. Para a diplomacia brasileira, o Chile seria uma espécie de contrapeso geopolítico, no sentido que obrigava a Argentina a manter suas atenções voltadas para as duas fronteiras.

É interessante notar que as rivalidades sul-americanas eram acompanhadas com enorme interesse pelo Itamaraty, que em alguns momentos chegou a oferecer auxílio para mediar questões regionais, como no caso da ameaça de Guerra entre Peru e Equador, em 1909 e do incidente entre Chile e Peru, em 1910. O equilíbrio bastante instável nas relações internacionais sul-americanas explica, de certa forma, a preocupação de Rio Branco em buscar

⁸⁹ Tal fato consiste em uma versão falsa divulgada por ZEBALLOS acerca de um telegrama sigiloso enviado pelo Brasil ao Chile. Após ser desmascarado, o Chanceler argentino foi afastado do Ministério. Inegavelmente, apesar de em um primeiro momento as relações Brasil/Argentina terem ficado tensas, esse episódio é considerado por muitos um divisor de águas nas relações bilaterais entre as duas nações, pois, entre outros motivos, afastou o principal rival de Rio Branco, no campo da política internacional, da cena continental. Sobre isto ver, entre outros: Álvaro LINS. *Rio Branco*. Op cit p 383-391

⁹⁰ Demetrio MAGNOLI. *O corpo da pátria*. Op cit, p230 e seguintes.

⁹¹ Nos baseamos na análise de Mario Barros. *Historia Diplomática de Chile*. Op cit e Leslie BETHEL *Historia da América Latina*. São Paulo, EDUSP, 2001. (volumes 4 e 5)

definir as fronteiras com os vizinhos do Brasil, bem como a política americanista implementada, à época, pela Chancelaria brasileira.

A política americanista de Rio Branco inseriu-se em um novo momento da política externa brasileira, inaugurado nos primeiros anos da era republicana. O início da República no Brasil coincidiu com a reunião, em Washington, da Primeira Conferência Internacional Americana, cujas sessões ocorreram de 02 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890, marcando oficialmente o início do Pan-americanismo. Este termo apareceu, conforme já salientado, primeiramente na imprensa norte-americana, que começou a utilizar, por sua conta, alguns meses antes do evento, a expressão Pan-América. A partir de então, antes mesmo da abertura da reunião, esta passou a ser designada oficiosamente de Conferência Pan-Americana, como também as reuniões posteriores. O termo Pan-americanismo difundiu-se e passou a denominar o conjunto de políticas de incentivo à integração dos países americanos, sob a hegemonia dos Estados Unidos.⁹²

De acordo com Kátia Baggio⁹³ a já citada Primeira Conferência Pan-Americana foi convocada pelo governo dos Estados Unidos, depois de quase uma década de negociações diplomáticas e debates internos, como resultado de um projeto do secretário de Estado norte-americano James G. Blaine, considerado o principal mentor do Pan-americanismo. O incremento da integração dos Estados Unidos com os demais países americanos visava, em última instância, o crescimento das exportações de produtos norte-americanos para o restante do continente, (em especial México, Cuba, Haiti, República Dominicana, Chile⁹⁴) a fim de superar a entrada dos produtos europeus, principalmente da Inglaterra, sua principal concorrente.

⁹² Sobre as Conferências Pan-Americanas e o pan-americanismo, ver: Arturo Ardao. "Panamericanismo y latinoamericanismo". In: Leopoldo ZEA (coord.). *América Latina en sus ideas*. Op cit e Hélio Lobo. *O Pan-Americanismo e o Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

⁹³ Kátia BAGGIO *A Revista Americana e as relações entre as Américas*. Belo Horizonte, FAFICH-UFMG. (Mimeografado)

⁹⁴ Sobre isso ver Leslie BETHEL. *História da América Latina*. Op cit

Uma prova clara desta intenção é que o único resultado concreto da Primeira Conferência foi a criação do Departamento Comercial das Repúblicas Americanas, com a função de realizar a “*pronta compilação e distribuição de dados sobre o comércio*”⁹⁵, posteriormente designado União Pan-Americana. Encontros periódicos foram realizados durante toda a primeira metade do século XX, em diversas capitais do continente, até que, em 1948, na Conferência de Bogotá, foi criada a Organização dos Estados Americanos - OEA, com novo aparato jurídico, substituindo a União Pan-Americana.

O Brasil republicano reforçou uma tendência de aproximação com os Estados Unidos que, de certa forma, conforme veremos adiante, já vinha se delineando desde o Segundo Reinado. Entretanto, não há dúvidas quanto à maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos após a Proclamação da República. O novo regime abria as portas para um melhor entendimento diplomático do país com as repúblicas americanas. Tal fato significava que o Brasil abandonava, mesmo que gradativamente, o monarquismo europeísta - simbolizado pelos Bragança - e aderira à “vocação republicana e liberal das Américas”. Não foi sem motivo que o novo regime brasileiro foi reconhecido inicialmente pelos países americanos e, são num segundo momento, obteve o reconhecimento dos governos europeus.⁹⁶

As transformações pelas quais o Brasil e o mundo vinham passando no início do século XX - modernização capitalista, ascensão dos Estados Unidos no cenário internacional, conflitos na Europa decorrentes, principalmente, do Imperialismo - levaram a essa mudança de rumo na política externa brasileira, capitaneada por Rio Branco. Houve uma tentativa de abrir o leque das relações internacionais, quebrando a quase exclusividade européia. Neste sentido, podemos pensar que Rio Branco buscou solucionar os conflitos fronteiriços com

⁹⁵ Ver Arturo ARDAO. *Op. cit.*, p. 158.

⁹⁶ Uruguai, Argentina e Chile foram os primeiros a reconhecer o novo governo brasileiro, j a em 1889. Em janeiro de 1890, foi a vez da Bolívia, Venezuela, México e Estados Unidos. Na Europa, a França republicana foi a primeira, em julho de 1890, seguida pela Grã-Bretanha, Itália e Espanha, em 1891.

os países vizinhos sul-americanos⁹⁷ - numa clara tentativa de aumentar a influência geopolítica do Brasil na América do Sul - e, ao mesmo tempo, aproximar-se dos Estados Unidos. Entretanto, o Ministro não aceitou uma adesão absoluta à política norte-americana, tentando uma posição estrategicamente equilibrada entre as influências britânica e norte-americana no Brasil. No discurso de abertura da III Conferência Pan-Americana - realizada no Rio de Janeiro entre julho e agosto de 1906 -, Rio Branco reafirmou sua opção de aproximação progressiva com os países americanos, mantendo, no entanto, relações favoráveis com a Europa.

Rio Branco teve clareza da importância que os Estados Unidos vinham adquirindo no século que se anunciava. Dentro desta perspectiva, uma de suas medidas como Ministro consistiu na elevação, em 1905, da legação em Washington à categoria de Embaixada (no mesmo ano, os Estados Unidos também elevaram sua legação no Rio de Janeiro ao nível de Embaixada, a primeira na América do Sul) escolhendo para ocupar o cargo Joaquim Nabuco, que aderiu intensamente à defesa do pan-americanismo⁹⁸.

De acordo com Demétrio Magnoli⁹⁹ a historiografia insere a aproximação entre a política externa brasileira e a política pan-americanista como um fenômeno associado ao advento da República. Para o autor essa perspectiva é falha e superficial, na medida em que não consegue diferenciar dois processos distintos da história diplomática brasileira: de um lado a ascensão da influência norte-americana ocorrida antes mesmo da Proclamação da República e de outro

⁹⁷ Durante a gestão do Barão do Rio Branco à frente das negociações relativas a disputas territoriais (a partir de 1893) e depois como Chanceler da República (entre 1902 e 1912), foram definidos vários litígios fronteiriços: com a Argentina, Guianas Francesa e Inglesa, Bolívia (em relação ao Acre), Peru, Venezuela, Colômbia, Uruguai, Equador (que na época limitava com o Brasil) e Holanda (em relação ao Suriname). Entre 1893 e 1912, 440 mil km² foram definidos favoravelmente ao Brasil. Sobre isto ver: Francisco Doratioto. *Espaços Nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994; e André Roberto MARTIN. *Fronteiras e Nações*. Op cit.

⁹⁸ Sobre isto ver Kátia G. BAGGIO *A Revista Americana e as relações entre as Américas*. Op cit

⁹⁹ Demétrio MAGNOLI. *O Corpo da Pátria*. Op cit.

a apropriação do pan-americanismo como discurso e ação diplomática, uma das principais características da política do Barão.¹⁰⁰

Podemos afirmar que o Barão objetivou adaptar a política externa brasileira ao novo contexto internacional no qual os Estados Unidos estavam sendo alçados à condição de potência, fato que explicitava a construção de uma nova ordem internacional que estava redistribuindo o poder com a ascensão norte-americana. Para Rio Branco as grandes potências européias já reconheciam que havia no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com que deveriam contar e que necessariamente *“há de ter a sua parte de influência na política internacional do mundo inteiro”*¹⁰¹.

Todavia essa aproximação deve ser observada a partir da clara proposta de conservação da autonomia nacional. Segundo Lafer e Peña, Rio Branco, ao compreender, conforme acima destacado, a relevância dos Estados Unidos, buscou aproximar os *"irmãos do norte"* a *"serviço do Brasil"* a partir de uma *"aliança Brasil-Estados Unidos, dentro de um subsistema regional alargado para abranger às três Américas"* servindo tanto para consolidar as fronteiras nacionais quanto para diminuir a influência européia.¹⁰²

A partir dessa perspectiva podemos começar a pensar numa *"visão global do Barão"*¹⁰³ construída sobre os dois pilares aqui apresentados: o primeiro, sob a lógica central do pan-americanismo, estava ligado a consolidação da posição brasileira como elo entre os Estados Unidos e a América Latina, sobretudo a América do Sul¹⁰⁴; o segundo pilar estaria associado ao aprofundamento do *"papel nacional de pólo geopolítico sul-americano"*¹⁰⁵ possível, apenas, com a consolidação das fronteiras da nação, articulada à uma política de equilíbrio com os países fronteiriços. *"O 'corpo da pátria', completamente delimitado na*

¹⁰⁰ Ibid. "O 'pai fundador' da diplomacia brasileira promoveu a ruptura dentro da continuidade, combinando a tradição realista herdada do Império com a renovação das concepções de mundo e dos paradigmas da política externa nacional" p 208

¹⁰¹ Clodoaldo BUENO & Amado CERVO. *História da política exterior do Brasil*. Op cit .

¹⁰² C. LAFER & F. PEÑA . *Argentina e Brasil no sistema das relações internacionais*. São Paulo, Duas Cidades, 1973.

¹⁰³ Termo cunhado por Demétrio MAGNOLI. *O corpo da Pátria*. Op cit

¹⁰⁴ Para MAGNOLI a justificativa para tal premissa baseia-se no processo e na situação histórica do Brasil

¹⁰⁵ Demétrio MAGNOLI. *O Corpo da Pátria*. Op cit p 215

*primeira década do século [XX], demandava, sob um ponto de vista geopolítico, a consolidação de sua coluna vértebra."*¹⁰⁶

Estabelecido os parâmetros e a ação geopolítica da diplomacia brasileira nos primeiros anos republicanos, ganharam relevo novas possibilidades para os quadros do Itamaraty, em especial em relação a aspectos referentes à construção de possíveis estratégias ligadas a projetos culturais.

2.5

Elaborando uma estratégia: a diplomacia cultural e a criação da Revista Americana

De acordo com Sérgio Danese, tão logo foram resolvidas as questões das fronteiras, coube à diplomacia brasileira se constituir, também, em instrumento do desenvolvimento dos demais projetos do Estado passando, a diplomacia, em suas palavras :

“a trabalhar intensamente para colocar o Brasil no caminho da integração regional com uma contribuição expressiva na dimensão cultural da construção da nacionalidade que tem relação direta com o avanço do projeto de desenvolvimento em suas ramificações externas”.¹⁰⁷

Corroborar com essa perspectiva o início de certo processo de profissionalização¹⁰⁸ do corpo diplomático brasileiro posto em prática por Rio Branco. Na época do Barão, o Itamaraty passou a se preocupar com a formação cultural e política de seus diplomatas que, até então, ingressavam na carreira apenas por meio de relações pessoais. Outrossim, o gabinete do Barão

¹⁰⁶ Ibid. p 272

¹⁰⁷ Sérgio França DANESE. *Diplomacia Presidencial*. Op cit

¹⁰⁸ Processo este que se consolidou efetivamente a partir da década de 30.

incentivou a intermediação nos processos de definição da nacionalidade, que se fez em função de relações capitais no plano externo, capitais porque ofereciam elementos de contraste, de competição, de cooperação, de resistência, de influência que ajudaram a forjar uma nacionalidade.

Nesse ponto aparece para nós o conceito de Diplomacia Cultural. Como base para a compreensão deste conceito, podemos pensá-lo associado aos processos de construção da paz entre as nações. De acordo com Edgard Telles Ribeiro¹⁰⁹, baseando-se em T.S. Eliot, que ao definir cultura como sendo tudo que faz a vida ter valor, estabelece que elementos culturais são a essência das relações humanas, bem como das relações entre países. Com base nessa argumentação, Telles Ribeiro afirma que o vínculo entre cultura e política externa reside no propósito básico de se construir, por meio da compreensão e do conhecimento, uma sociedade pacífica.¹¹⁰

A Diplomacia Cultural de maneira bastante objetiva pode ser pensada como um instrumento, uma estratégia de difusão de aspectos culturais de uma nação no exterior associada à divulgação interna de culturas estrangeiras. Diante dessa perspectiva seu universo temático pode ser resumido pelo: intercâmbio de pessoas; pela promoção da arte e dos artistas nacionais; pela divulgação geral de elementos culturais, pelo apoio a projetos de cooperação intelectual etc.¹¹¹

Para Telles Ribeiro as relações culturais internacionais caracterizam-se pela busca, ao longo do tempo, de uma maior compreensão e aproximação entre os povos e instituições com a meta de se estabelecer um proveito mútuo. A Diplomacia Cultural, segundo o autor, por sua vez, seria a utilização específica da relação cultural para a “*consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica.*”¹¹²

Outrossim, o autor salienta que se por definição o jogo diplomático tem como objetivo último contribuir para a preservação da paz mundial, nada mais

¹⁰⁹ Edgard Telles RIBEIRO. *A diplomacia cultural e o seu papel na Política Externa brasileira*. Brasília, FUNAG, 1989.

¹¹⁰ Ibid p 20

¹¹¹ Ibid p 21

¹¹² Ibid p 23

eficiente para isso do que fortalecer os mecanismos de compreensão mútua, sendo que para se alcançar tal compreensão a maneira mais eficiente e duradoura é o intercâmbio cultural que possibilitaria a transferência de uma nação à outra de experiências, idéias e patrimônios valiosos, favorecendo uma atmosfera de entendimento. Tal contexto também contribuiria para minimizar julgamentos por estereótipos, assim como reforçaria sentimentos pacíficos, pela própria noção da universalidade do patrimônio cultural e artístico. Nesse particular, de acordo com Telles Ribeiro, por menor que seja uma manifestação cultural de um país sobre outro, atrelada a um modesto mecanismo de cooperação intelectual, esses momentos reforçam a aproximação, contribuindo para a comunhão de povos e culturas.

A referida comunhão tende a reduzir as tensões entre Estados, uma vez que reduz a desconfiança, reforçando o princípio da reciprocidade, contribuindo, dessa forma para legitimar a credibilidade dos intercâmbios culturais, reforçando um “indispensável clima de confiança mútua”, tanto em um plano regional, quanto em um intercontinental. Em última análise, para Telles Ribeiro, a *“cooperação cultural constitui poderoso esteio na luta pela compreensão mútua dentro do respeito à diversidade – única maneira válida de melhorar as relações entre povos e Governos.”*¹¹³

Essa aproximação baseada na construção de relações culturais entre nações, foi reconhecida, ao longo do século XX, como elemento constitutivo das relações internacionais. Um “terceiro pilar da política externa”¹¹⁴, que se estabeleceu como uma das dimensões essenciais do relacionamento entre Estados na era contemporânea.

Corrobora com essa perspectiva a análise do sociólogo francês Marcel Merle¹¹⁵ que afirma ser necessário, para uma perfeita compreensão dos atores do campo das relações internacionais, o conhecimento das questões culturais, na

¹¹³ Ibid p 43

¹¹⁴ Termo cunhado por Willy BRANDT, Ministro dos Negócios Estrangeiros da antiga República Federal da Alemanha em 1966. APUD. Edgard Telles RIBEIRO. Op cit

¹¹⁵ Marcel MERLE. *Forces et enjeux dans les Relations Internationales*. Paris, Ed Economica, 1985.

medida em que estes elementos se sobreporiam a aspectos meramente políticos e econômicos. A argumentação central de Merle baseia-se no fato de boa parte dos conflitos internacionais, na sua leitura, ser consequência de tensões de origem cultural. Logo, esse elemento cultural teria que ser sempre levado em consideração no quadro de formulações diplomáticas.

Em síntese podemos afirmar, nos baseando em Telles Ribeiro, que a Diplomacia Cultural pode ser pensada como um instrumento que efetivamente possibilite a inserção externa de uma nação, contribuindo para consolidar sua identidade e reforçar a aproximação de nações em torno de um patrimônio, de um referencial comum, desempenhando papel de extrema utilidade no esforço de desempenhar uma função aglutinadora, que, segundo o autor, nenhum outro componente do instrumental diplomático consegue preencher satisfatoriamente.¹¹⁶

Pensamos a *Revista Americana* inserindo-a nessa lógica de aproximação das nações sul-americanas em busca da construção de uma estratégia diplomática voltada para o equilíbrio do continente, garantidora da paz, em um contexto de enorme instabilidade com um mundo sofrendo com as consequências da Corrida Imperialista que levaria as nações centrais para uma guerra generalizada e uma América, especialmente do Sul, buscando se inserir nesse cenário, tentando consolidar suas instituições.

É a partir da inserção nesse contexto que destacamos a importância da *Revista Americana*, periódico dirigido, inicialmente, pelos diplomatas Araújo Jorge, principal responsável pela *Revista*, e Delgado de Carvalho, bem como pelo jornalista Joaquim Viana, editada, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1909 e 1919¹¹⁷, uma vez que a julgamos de extrema relevância para a compreensão do cenário político e cultural da época, bem como pensamos ser ela uma das

¹¹⁶ Edgard Telles RIBEIRO. *Diplomacia Cultural*. Op cit p 100

¹¹⁷ A partir de 1916 a direção da *Revista Americana* ficou a cargo de Araújo JORGE e Silvio Romero FILHO. Cabe ressaltar que Araújo Jorge era Secretário de Rio Branco e considerado por muitos seu principal assistente apesar da pouca idade. Delgado de Carvalho teve grande importância na consolidação da diplomacia brasileira assumindo a cadeira sobre História Diplomática no curso de formação de diplomatas. Sérgio DANESE. *Diplomacia Presidencial*. Op cit.

primeiras, senão a primeira, manifestação organizada por um órgão ligado ao Estado que objetivava pensar a cultura e identidades nacionais, sendo que estas deveriam ser inseridas num projeto intercontinental, fato que demonstra certo vanguardismo em relação à boa parte da intelectualidade daquele período.

Reforça esta perspectiva a participação de uma série de intelectuais e diplomatas de destaque no cenário brasileiro e estrangeiro tais como: Rio Branco, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Araripe Júnior, Silvio Romero, José Veríssimo, José Oiticica, Clovis Beviláqua, , Rocha Pombo, Hildebrando Accioly, , Heitor Lyra., Alberto de Faria, Helio Lobo. Em relação aos estrangeiros, entre outros, podemos citar: Ramon Cárcano, José Ingenieros, Rubem Dario, Benjamin Vicuña Subercaseaux, Francisco Felix Bayon, Francisco Garcia Calderón, Norberto Piñero, Jose Irigoyen.

A *Revista Americana* era um periódico mensal, impresso pela Imprensa Nacional, tendo circulado de maneira contínua de outubro de 1909 a setembro de 1910. Após intervalo de três meses, reapareceu em janeiro de 1911, inaugurando o segundo ano do periódico. Editado em brochura se estruturava em um formato de pequenas dimensões (aproximadamente 16cm por 29cm), porém quase sempre volumoso (as menores edições superando 150 páginas e as maiores 300 páginas). A capa impressa em papel pardo apresentava um cabeçalho com a identificação do ano e número do volume e do mês de circulação, um sumário com a indicação dos autores e respectivos artigos e de outras seções: notas, redação, cartas.

Fogem à essa regra os quatro números editados em 1915, em que a *Revista* como “*Publicação Quinzenal de Sciencias e Artes*”, apresentou artigos como uma perspectiva mais artística, assim como lançou o “Suplemento Ilustrado”¹¹⁸ de conteúdo bastante variado.

No período no qual ela circulou, a *Revista Americana* foi uma das mais importantes publicações que apareceram na cena cultural brasileira. Além de divulgar idéias, seu principal objetivo era “*aproximar intelectuais, congregiar espíritos, revelar identidades e promover formas de integração cultural entre os*

¹¹⁸ O suplemento restringiu-se a esses quatro números

diversos povos da América.” Ao longo dos seus dez anos de vida¹¹⁹, foram tratados os mais variados assuntos, com temas que versavam desde a diplomacia, propriamente dita, à crítica literária, passando pela publicação de poesias e contos que, na maioria das vezes, tratavam de problemáticas sul-americanas. É possível afirmar que ela foi pioneira e única, no Brasil, em seu gênero no período.

Seu vanguardismo pode ser observado a partir do fato da diplomacia ao longo dos novecentos ter se tornado um dos segmentos mais atuantes no cenário político e cultural do continente, assim como vários intelectuais, de diferentes gerações e nacionalidades, ao longo do século XX, terem buscado responder perguntas que eram preocupações básicas da *Revista Americana* tais como: o que são as Américas no contexto da cultura ocidental? Quais são as aproximações possíveis entre elas? Quais são os seus distanciamentos? Qual é a identidade americana? Qual deve ser o futuro do continente?etc. Manoel Bonfim, Darcy Ribeiro, Leopoldo Zea, Octavio Paz, Richard Morse, Nestor Canclini, entre outros, realizaram grande esforço no sentido de responder essas questões, sendo o legado de suas obras a maior prova disso.

Nesse sentido vemos a publicação da *Revista Americana* como uma tentativa de se encontrar, senão uma resposta satisfatória à tais dúvidas, ao menos um caminho de debate que levasse , doravante, à um possível denominador comum que representaria, em síntese, uma cooperação e solidariedade continental, molas mestras para se estabelecer a paz no continente..

Em sua trajetória, várias dificuldades sobrepuaram-se à constância e regularidade de seus números. No que consideramos uma primeira fase da *Revista*, entre 1909 e 1912¹²⁰, notamos que a publicação possuía grande incentivo e apoio fazendo desse período o mais intenso de todos. Acreditamos que esse fato está ligado à atuação pessoal do Barão do Rio Branco.

¹¹⁹ Com algumas interrupções como veremos adiante.

¹²⁰ Convém destacar que no ano de 1913 a publicação ainda apresentou algum “fôlego”, em especial até abril, mês da publicação de um número em homenagem ao Barão do Rio Branco. Único volume temático da *Revista Americana*. Nesse sentido consideramos a primeira fase do periódico o período que vai de 1909 a 1913.

Mesmo com tal respaldo, devemos salientar que no início do segundo semestre de 1911, um incêndio na Imprensa Nacional, local onde eram compostos e impressos seus originais, acabou por suspender dois números. Em 1912, após o falecimento do Barão, as dificuldades nitidamente aumentaram chegando ao ponto crítico em que a *Revista* deixou de ser editada no primeiro semestre de 1914, antes mesmo do início da Primeira Guerra Mundial.

Dentre os motivos que podem ser apontados, além do falecimento do Barão, como responsáveis pela paralisação da publicação destacam-se: as dificuldades comuns ao mercado editorial brasileiro daquela época somado às questões inerentes à conjuntura da Guerra, como, por exemplo, a carência de papel apropriado para a publicação. Paralelo a isso, não podemos deixar de mencionar a ausência no Rio de Janeiro de Araújo Jorge, que partiu para a Europa em missão oficial, em 9 de fevereiro de 1913.

Em junho de 1915, conforme acima destacado, publicam-se quatro números e a *Revista Americana* retorna ao cenário cultural com novo formato e, em vários sentidos, bastante diferente do modelo anterior, buscando assumir um perfil mais comercial e “popular”, conferindo amplo destaque à chamada “vida mundana”, em detrimento do debate intelectual amplo e criterioso, tal qual ao da primeira fase, que objetivava aproximar os espíritos das Américas. Data dessa segunda fase a inserção do recurso gráfico da cor, sobretudo nos “Suplementos Ilustrados”. Outra característica nova era a presença de inúmeras fotografias de personalidades da vida pública da época, assim como de soldados que lutaram na Guerra do Contestado, de Veteranos da Guerra do Paraguai, das Missões Diplomáticas de Lauro Muller no Uruguai e Argentina, da Primeira Guerra Mundial, além de fotos da vida cotidiana de grandes cidades como a da Avenida Central, no Rio de Janeiro, da Avenida de Mayo, em Buenos Aires, e da Quinta Avenida em Nova Iorque.

Apesar do claro esforço em se retomar a *Revista*, fica evidente a grande dificuldade de fazê-lo, deixando, novamente de circular, entre fins de 1915 até outubro de 1916, quando foi publicado um novo número, com o velho formato original, numa clara perspectiva de retomar o velho rigor crítico, confirmado

pelos números seguintes de novembro e dezembro, inaugurando o que seria a última fase da *Revista Americana*.¹²¹

Nos anos seguintes, 1917-1919, a *Revista Americana*, mesmo não apresentando qualidade similar à da primeira fase, procurou manter como eixo central de seus artigos a problemática da aproximação intelectual, política, econômica e cultural dos povos da América, enfatizando a importância da diplomacia na articulação de possíveis projetos para o continente.

De acordo com Álvaro da Costa Franco¹²², Diretor do Centro de História e Documentação do Itamaraty, a *Revista Americana* surgiu como um projeto inovador de cooperação intelectual internacional desempenhando, durante dez anos, “papel de grande relevância, e único, em nosso cenário cultural”, sendo núcleo de cooperação entre intelectuais americanos. Esta cooperação teria funcionado, segundo Costa Franco, como alicerce da política de aproximação com os “vizinhos” do Brasil.

No editorial do primeiro número afirmava-se que *Revista* tinha como objetivo:

“Divulgar as diversas manifestações espirituais da América e seguir ao mesmo passo, paralelamente, o traçado superior da sua evolução política e econômica, tornando-se um traço de união entre as figuras representativas da intelectualidade desta parte do mundo.

Ela facilitará ao historiador e ao geógrafo, ao político e ao jornalista, ao artista e ao filósofo, elementos seguros determinantes de uma noção exata e precisa dos múltiplos e paradoxos, aspectos da nossa vida espiritual.”¹²³

A *Revista Americana* é considerada por muitos como um dos instrumentos da política americanista de Rio Branco. Esta política, conforme já observado, insere-se em um novo momento da política externa brasileira, inaugurado com a Proclamação da República.

No já citado editorial do primeiro número da *Revista*, era constatado o hiato cultural existente entre as Américas, “*continente conhecido aos*

¹²¹ Para fins metodológicos estamos dividindo a *Revista* em duas fases. A primeira até 1913 e a segunda a partir de 1915.

¹²² Senado Federal. *Revista Americana : uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual. Seleção de artigos fac – similar*. Brasília, FUNAG, 2001. Apresentação.

¹²³ *Revista Americana* volume 1 setembro de 1909. (editorial)

fragmentos” que levava a “*ignorância intelectual*” entre os países do continente. Tal fato reforçava-se pelas distâncias que separam os países americanos assim como pela ausência, quase absoluta, de meios de comunicação rápidos e eficientes.

Havia a necessidade de se criar uma identidade própria para o Brasil e a América, na medida em que:

“... as idéias, para serem aceitáveis, necessitam trazer a marca européia e transpor os mares nos bojos dos transatlânticos, o descaso injustificável pelas coisas do nosso continente; a indiferença pela sua história; o desamor às suas tradições; o desprezo pelos incontáveis aspectos de sua natureza e ter - se -á um quadro quase completo de várias causas por que as gentes americanas se desconhecem voluntariamente. [...]

Quando os povos americanos tiverem uma noção mais exata do valor das suas fortes qualidades originárias e nativas, ainda não de todo esmaecidos ao influxo das culturas exóticas; quando reconhecerem que o nosso continente, tão mal conhecido e ultrajado, constitui, por si só, uma matriz perene de estudos, exames, indagações...”¹²⁴

Portanto, torna-se de extrema relevância, analisar a *Revista Americana* reconhecendo a contemporaneidade das preocupações que a inspiraram e a sua importância no processo de criação de uma tradição republicana, aproximando-a da crença em um futuro no qual o Brasil poderia assumir um lugar de destaque no Continente e este no contexto mundial.

Inegavelmente pensar tais questões nos remete ao papel e às preocupações da intelectualidade de fins do século XIX e primeiras décadas do XX. Pesquisar um periódico que trás a posição de diplomatas/intelectuais com atuação nesse período nos aproxima, obrigatoriamente, aos projetos de construção da Nação, tema presente nos mais variados grupos intelectuais de então. Pensando de forma mais precisa, a análise desse período nos permite observar uma intelectualidade preocupada profundamente com o desenvolvimento, tanto teórico quanto prático, do que se convencionou chamar de Nações e Nacionalidades, compreendidas como combinações específicas de identidades culturais, mais ou menos forjadas, mais ou menos herdadas, territorialidades e

¹²⁴ *Revista Americana*, volume 1, (Editorial)

aparatos estatais modernos, ou seja, entidades "soberanas" capazes de entreter relações com seus "súditos"¹²⁵.

Essa perspectiva se fez bastante presente no chamado "Novo Mundo" que, ao longo de todo o século XIX e início do XX, apresentou como um de seus objetivos básicos a construção de seus Estados-Nações. Tal construção passa pela própria definição do que seria uma nação, compreendida, em 1882, por Ernest Renan como,

"...uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas, que na verdade são uma só, constituem essa alma ou princípio espiritual. Uma se encontra no passado, outra no presente. Uma é a posse em comum de um rico legado de memórias ; a outra é o sentimento diário, o desejo de viver junto, a vontade de perpetuar o valor de uma herança recebida de forma indivisa [...] pressupõe um passado; mas ela é sintetizada no presente como um fato concreto, o sentimento, o desejo expresso e claro de continuar uma vida em comum. A experiência de uma nação [...] é um plebiscito diário, tanto quanto uma existência individual é uma perpétua afirmação da vida."¹²⁶

Fatores como política, interesses materiais comuns, necessidades militares entre outros, sempre se mostraram elementos decisivos na formação das nações ao longo de séculos, em especial a partir de fins do século XVIII, época que marcou o início da chamada "Era das Revoluções", que põe fim ao Antigo Regime.¹²⁷

Encontramos nas páginas da *Revista Americana* um claro esforço em analisar tais assuntos, relacionando-os com as preocupações presentes, tanto no contexto mundial, quanto no contexto específico do chamado Novo Mundo, buscando criar um espaço para o debate entre a intelectualidade sul-americana, numa tentativa de gerar sínteses que poderiam ser transformadas em projetos para o continente.

Paralelo a isso, não podemos perder de mente que a *Revista*, em se tratando de uma publicação brasileira oriunda das fileiras do Itamaraty, trouxe

¹²⁵ É bastante ampla a bibliografia acerca dessa temática. Como obras de referência destacamos: Eric HOBSEWORTH. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002; Ernest GELLNER *Nações e nacionalismo*. Lisboa, Gradiva, 1993 ; Benedict ANDERSON. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989.

¹²⁶ Ernest RENAN *O que é uma Nação*. 1882

¹²⁷ Essa época foi marcada pela eclosão de movimentos liberais que trazem consigo uma nova concepção de Estado e, por conseguinte, de Nação. Sobre esse assunto ver, entre outros, Eric HOBSEWORTH. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

consigo um objetivo de consagração do Ministério das Relações Exteriores na recém inaugurada ordem republicana brasileira, consagração esta que, no entanto, não foi alcançada, definitivamente, naquela época, mas que teve a *Revista Americana* como uma tentativa, um marco inaugural de uma Diplomacia Cultural que visava aproximar as nações americanas, notadamente as da América do Sul.

Neste sentido a *Revista Americana* apresentou como uma de suas principais preocupações a necessidade de reflexão acerca da formação territorial brasileira e, por extensão, sul-americana. Questões referentes à essa temática, tal qual o pan-americanismo, tiveram destaque ao longo de todo o período em que a *Revista* circulou e, em última análise, foram legitimadoras desse projeto maior de consagração da diplomacia na elaboração de um ideário pautado na aproximação das nações da América do Sul e, conseqüente, na construção de uma paz continental.

No nosso próximo capítulo nos deteremos em como o pan-americanismo foi trabalhado nas páginas do periódico.